

CONJUNTURAS E IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES: análises e perspectivas

Luiz Carlos de Freitas¹

Este evento trata da formação de educadores, formação de educadores tem aqui o sentido amplo da formação do magistério e gostaria de iniciar reafirmando algo que, apesar de obvio para quem está no campo, não está demais lembrarmos:

- é de uma visão de mundo (do presente e do futuro) que definimos o papel que o sistema educacional deve ter na formação da juventude, ou seja, as suas finalidades educativas, e só então, a partir disso, extraem-se - como gostam de registrar as políticas educacionais vigentes - as chamadas “competências e habilidades” que são ensinadas em nossos cursos de formação, e que também determinam como este projeto socioeducativo intenciona afetar a própria organização da escola e seu trabalho formativo.

Sabedoras disso, as reformas educacionais atuais procuram “alinhar” as escolas a BNCs e garantir que suas finalidades educativas sejam seguidas controlando uma longa cadeia que passa pelo tipo de material didático disponibilizado às escolas (daí o encantamento com o ensino híbrido plataformizado), pela avaliação censitária das escolas, pela responsabilização destas (meritocracia e distribuição de compensações, FUNDEB meritocrático e outros) e pelo controle das agências formadoras do magistério – tornando toda a cadeia instrutiva dependente das finalidades educativas contidas nas atividades definidas pelas BNCs. Com isso, procura-se produzir uma padronização com o argumento de que isso gerará qualidade para todos.

O que quero ressaltar é que as políticas educacionais são devedoras de finalidades educativas baseadas em projetos socioeducativos. No caso das atuais BNCs elas foram formuladas tendo como horizonte o modo de vida neoliberal, especialmente durante o golpe de Temer, sob inspiração da Fundação Lemann² e de um grupo de neoliberais que orientou a educação paulista durante mais de duas décadas, mesmo sem ter conseguido melhorar a educação paulista.

O neoliberalismo é uma doutrina fracassada na economia e na educação. Portanto, o Ministério da Educação, ao invés de otimizar as finalidades educativas fixadas pelas BNCs para a educação básica durante o governo Temer, deveria estar colocando para si o desafio de repensar a formação da juventude e do magistério a partir de finalidades educativas que nos levassem a novas formas e conteúdos para a escola ou como Caldart³ acertadamente resume: deveríamos estar pensando em finalidades educativas que fossem “portadoras de futuro” e não de atraso.

¹ Professor Titular aposentado da Faculdade de Educação da UNICAMP. Texto lido na abertura do XXI Encontro da ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, em 10/maio/2023. Este texto incorpora questões abordadas em duas lives mais recentes, feitas após o resultado do segundo turno das eleições de 2022. Grande parte dele foi motivo da “live” realizada na abertura da 15ª. Reunião Regional da ANPED em 29 de novembro de 2022 sob o título “Educação, democracia e justiça social no desafio urgente da reconstrução nacional”, mas também incorpora questões que foram apresentadas em “live” realizada no Fórum Nacional de Educação do Campo em 2022. Este texto é de livre distribuição.

² Tarlau, R. e Moeller, K. (2020) O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>

³ Caldart, R. S. (no prelo). Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade. São Paulo: Expressão Popular.

O neoliberalismo decadente e seu modo de vida tem uma visão de mundo perenealista, ou seja, para ele o mundo que temos comporta apenas ajustes segundo a lógica evolutiva das relações sociais já existentes. Na atual fase de expansão do capital, visa aprofundar o empreendedorismo concorrencial como forma de sobrevivência do indivíduo e assume uma visão de mundo em que as atuais relações sociais são o norte para a formação da juventude e do magistério.

Os conservadores saudosistas, aproveitam a janela de oportunidade da crise do liberalismo, agravada em 2008, para tentar revitalizar os valores da tradição e assumem, igualmente, as atuais relações sociais como norte para a formação, desde que recheada com a tradição.

Certas visões pós-modernas críticas e nihilistas preferem assumir a inutilidade de todo poder, que consideram sempre corrompido e opressor, e confiar em uma mobilização sem projeto definido ou com projetos fragmentários que mais dividem e abrem vazios do que fortalecem a luta.

Neoliberais e conservadores propõem, cada um a seu modo – seja pela via tecnocrática ou via expurgo político -, uma “escola sem partido” para que seus projetos não sejam contestados e não haja disputa na formação da juventude.

Atualmente no controle majoritário da educação brasileira, se apoiam em Fundações e Institutos privados para viabilizar seus projetos. Seu plano de longo alcance é induzir a transferência do financiamento da educação pública para a iniciativa privada (incluindo as confessionais religiosas), além de fortalecer a educação domiciliar. Estas ações introduzem agentes ideologicamente seguros na formação da juventude, ou seja, empresários e sacerdotes, agora potencializados pelos algoritmos das plataformas de ensino on line. No ensino superior privado, especialmente nas licenciaturas, está lógica já se impõe progressivamente.

Aqui não há apenas uma disputa pelos fundos públicos, há uma disputa pelo projeto de formação da juventude, agravada por múltiplas crises oriundas da fase decrescente do capital, que se alastram pela sociedade.

Resumindo ao extremo, para viabilizar este momento, podemos exemplificar este embate destacando dois conceitos nucleares das políticas educacionais da seguinte forma:

- todos estamos interessados em que a educação tenha qualidade, mas a pergunta que segue necessariamente é: “qual qualidade?”
- e indo mais longe, igualmente podemos dizer que todos queremos democracia, mas, novamente: “qual democracia?”

E é preciso agregar que uma visão acrítica da educação que não leve em conta este embate só pode interessar às forças sistêmicas hegemônicas que desdenham de análises críticas em nome de um “pragmatismo cego de resultados” que continue a preservar sua hegemonia. E esse não é o nosso caso.

E esta postura de ingenuidade, avessa ao debate ideológico, inclusive por parte do atual Ministro da Educação, configura um descuido do governo Lula que afetarà toda a formação da nossa juventude e, igualmente, toda a formação do magistério que deverá estar preparando esta juventude. A “qualidade” abstrata que os índices do IDEB geram – endeusados pelo MEC - não é suficiente para a definição de políticas.

Descontextualizados, transformam-se em um recurso pragmatista para ocultar projetos em curso – no caso, um projeto neoliberal ensaiado no Ceará que, na expressão de Jorge Lemann⁴ da Fundação Lemann, visa “sobralizar a educação brasileira” – em referência aos supostos sucessos do município de Sobral no Ceará.

Apenas para tomar uma das questões cruciais de nosso tempo, um tempo em que múltiplas crises se acumulam, deveríamos estar focados em como podemos formar nossa juventude, desde já, para uma solução superadora da longa crise estrutural do capital. Mais especificamente:

- como podemos organizar o trabalho pedagógico das escolas para formar a juventude de maneira a enfrentar o progressivo autoritarismo e a violência crescente instaurados pela coalizão conservadora/neoliberal em escala mundial no interior desta crise estrutural?

Isso não pode ser conseguido com a edição de uma base nacional comum curricular restrita a “competências e habilidades” regada a ensino híbrido, na ilusão de que vamos “alinhar” todas as escolas a esta base.

A escola é um campo de disputas pela formação da juventude com grande capilaridade social. Por isso conservadores e neoliberais tentam aprisioná-la, como vimos no governo Bolsonaro e ainda estamos vendo em vários estados brasileiros.

Este movimento, pode ter refluxos, mas ele permanecerá pois é fruto da própria crise estrutural do capital. E a adoção do projeto neoliberal na atual política do MEC, em interface com ONGs e Fundações como a Lemann e o Todos pela Educação, mostra que ele é uma demanda desta crise estrutural e não apenas uma questão de troca de governo.

Mas sigamos.

A política educacional, queira-se ou não, baseia-se em finalidades educativas as quais, novamente, queira-se ou não, orientam a formação da juventude e do magistério. Como já alertava Shulgin⁵, quando escolhemos uma atividade para o estudante realizar, ela foi escolhida a partir de uma finalidade educativa. A alegada neutralidade é apenas ingenuidade ou um artifício para ocultar as reais finalidades que orientaram a escolha.

E como estamos formando a juventude agora, esta é uma questão do presente com a qual os responsáveis pela política educacional têm a obrigação de se envolver. Não cabe aos formuladores de política esconderem-se atrás de índices e dados clamando por “objetividade” no debate, como faz atualmente o Ministro da Educação. A própria obtenção do dado depende das escolhas feitas para obtê-lo.

E em se tratando de uma área estratégica como a educação, que o próprio governo reconhece ter este status ao preservá-la para o principal partido do Governo, é necessário – a menos que tenhamos

⁴ Izolda Cela, atual Secretária Executiva do MEC, foi Secretária de Educação no Município de Sobral quando Clodoveu Arruda (PT) era prefeito da cidade. Clodoveu de Arruda (PT) foi o pioneiro na atração das atividades da Fundação Lemann para o Ceará, entre 2011 e 2016. Como ele mesmo conta: “O Jorge Paulo Lemann visitou Sobral quando eu era prefeito, quase no final da minha gestão, pois o município tinha atingido o primeiro lugar no Ideb. Então, me convidou para passar um ano e meio nos Estados Unidos, como ‘visiting scholar’, na Universidade de Columbia. E algum tempo depois, me fez um desafio para que eu desenvolvesse um programa para, como ele mesmo denominou, “sobralizar” a educação pública brasileira”, explicou Veveu Arruda.” Disponível em <https://www.portalin.com.br/in-connection/veveu-arruda-aniversaria-e-lembra-a-atracao-do-centro-lemann-para-sobral/>

⁵ Shulgin, V. N. (2022) Fundamentos da Educação Social. São Paulo: Expressão Popular.

abandonado a perspectiva de transformação social – ter uma visão crítica das finalidades educativas que estão sendo impostas às escolas de hoje, oriundas de governos neoliberais e consubstanciadas nas BNCs.

Tudo isso para dizer que este evento acontece, portanto, em um momento crucial para a educação brasileira e amplia a responsabilidade da ANFOPE em pensar parâmetros para a formação da juventude e para a formação do magistério, já que a primeira define a segunda, além de definir também a própria concepção de escola e de trabalho formativo da escola. Se olharmos para as dificuldades da esquerda no Chile, na Argentina e em outros países, não está garantido que venhamos a ter outro momento como este.

Na minha opinião, nossas finalidades educativas deveriam estar destinadas a formar lutadores e construtores de uma ordem social que superasse a prolongada crise do capital, um sistema agora em sua fase decadente, que pouco a pouco nos coloca frente à barbárie. Bolsonaro é um mero produto desta crise. Mesmo com diferentes entendimentos em seu interior, esta sempre foi uma tarefa na qual a ANFOPE esteve empenhada.

Apenas para exemplificar esta luta, foi preciso uma longa caminhada para unificar a formação do educador e evitar sua fragmentação em inúmeras “habilitações acadêmicas” que separavam o pensar do fazer. De um lado o “grande pedagogo”, o “cientista”. De outro, o especialista executor. Ao rejeitarmos estas divisões, criamos uma proposta teórica para resistir às políticas neoliberais que de longa data promovem a desqualificação e a desprofissionalização do magistério.

Para resumir e avançar, penso que nosso tempo presente exige com mais intensidade e maior clareza que finalidades educativas “portadoras de futuro” forneçam a base para que as políticas públicas pensem a forma e o conteúdo da organização escolar, ou seja o “plano de vida” da escola, e com isso também se possa definir as demandas necessárias para a própria formação do magistério⁶. Queremos escolas para quais finalidades educativas e que magistério estas escolas demandam para poder cumprir tais finalidades?

Considerando que pelo menos ao nível federal, detivemos a implementação oficial do conservadorismo autoritário, mas ainda temos dificuldades para deter as políticas neoliberais no campo da educação investirei mais na caracterização desta visão neoliberal no campo da educação.

Uma pré-condição importante para entendermos estas políticas é ter presente a capacidade de cooptação delas. Em 2018 escrevi⁷:

“É preciso considerar que, embora com origem na direita neoliberal estadunidense, este movimento [da reforma empresarial da educação] não se esgota nela. Esta é a sua forma mais desenvolvida. No entanto, ela se espraia para posições de centro-direita, liberais e até de centro-esquerda. Do ponto de vista ideológico, o movimento pela reforma empresarial da escola não é um bloco homogêneo. Ele se soma a outras posições políticas que taticamente lhe são úteis para chegar a seus fins.” (p. 42).

É por isso que o movimento “Todos pela Educação” trabalha com qualquer governo.

⁶ Shulgin, V. (2022). Idem.

⁷ Freitas, L. C. (2018) A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular.

Neste sentido, é importante conhecer as características mais desenvolvidas da proposta neoliberal para a educação, a fim de identificar as suas formas iniciais mais brandas de aplicação e visualizar para onde podem nos conduzir.

Há seis anos eu escrevi um post⁸ onde eu indagava se o Ceará, com seu suposto sucesso educacional, seria o nosso Texas, em referência à experiência da reforma empresarial da educação americana na qual este Estado, o Texas, sob o governo de Bush (filho), comoveu e convenceu o Congresso americano a embarcar, inclusive a oposição progressista, na falida lei No Child Left Behind (Nenhuma criança deixada para trás).

A reforma do Texas foi apresentada como um sucesso incontestável e deu base para sua generalização a todo o país. Anos depois, os estudos mostraram que o sucesso alardeado pelo Texas com sua reforma estava superdimensionado⁹, mas aí já era tarde, ela havia sido aprovada e generalizada.

Bush implantou a lei “Nenhuma criança deixada para trás” em 2001, uma lei que depois de 14 anos foi declarada inepta para melhorar a qualidade da educação americana. Foi substituída pela lei “Todo estudante é bem-sucedido”, impulsionado por Obama que estimulou o Common Core. Outro fracasso.

Daniel Koretz¹⁰ assim resume a história destas políticas de alinhamento nos Estados Unidos:

“Tivemos inúmeras reformas nas últimas duas décadas, mas no centro delas estão os esforços para pressionar os educadores a aumentar as notas nos testes. A ideia é enganosamente simples. Diz: os testes medem coisas importantes que queremos que os alunos aprendam; responsabilize os educadores por aumentar a pontuação e eles ensinarão mais as crianças. E, concentrando a responsabilização em grupos com baixa pontuação – na maioria das vezes, estabelecendo metas uniformes por meio de leis estaduais ou federais, como o “Nenhuma criança deixada para trás” ou “Todo estudante é bem-sucedido”-, fecharemos as lacunas de desempenho. Infelizmente, esse conceito acabou sendo mais simplista do que simples, e não funcionou” (Koretz, 2019).

Tom Loveless¹¹ examina a tentativa do Common Core de alinhar o currículo da escola americana a uma base comum em Inglês e Matemática. Sua avaliação é que ela fracassou.

Entre as causas deste resultado, o autor aponta o fato de que uma base gerada por especialistas ao nível central, sem envolver os professores, tem que passar por uma série de instâncias intermediárias antes de chegar à sala de aula e, portanto, neste processo, a tentativa de se produzir um alinhamento de toda a estrutura educacional fracassou. E conclui: alinhamento, não é sinônimo de qualidade.

⁸ Freitas, L. C. (2016) Será o Ceará o nosso Texas? Disponível em <https://avaliacaoeducacional.com/2016/09/11/sera-o-ceara-o-nosso-texas/>.

⁹ Freitas, L. C. (2013) O milagre do Texas. Disponível em <https://avaliacaoeducacional.com/2013/02/25/o-milagre-do-texas/>.

¹⁰ Koretz, D. (2019) *‘It Just Isn’t Working’: PISA Test Scores Cast Doubt on U.S. Education Efforts*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/12/03/us/us-students-international-test-scores.html?action=click&module=Top%20Stories&pgtype=Homepage>. Ver também seu livro: Koretz, D. (2017) *The testing charade: pretending to make schools better*. Chicago: The University of Chicago Press.

¹¹ Loveless, T. (2021) *Between the State and the Schoolhouse: Understanding the Failure of Common Core*. Cambridge: Harvard Educational Press.

Outros fatores concomitantes contribuíram para este fracasso. A educação, especialmente a sala de aula, é local de variabilidade e não de padronização, o que faz com que o professor fique travado em seu trabalho de adequar a base (já convertida em currículo) ao desempenho dos estudantes, o qual é sempre variável.

A reforma do Ceará tem a mesma raiz no pensamento empresarial e apenas tenta eliminar os excessos punitivos de sua antecessora americana. Mas a lógica é a mesma, e pode ser percebida na fala do atual Ministro da Educação quando afirma que a educação brasileira precisa de metas, meritocracia (leia-se bases nacionais curriculares, avaliação pelo IDEB, outros) e mais dinheiro (leia-se FUNDEB meritocrático criado a partir da experiência do Ceará¹², e incentivos ou prêmios associados a aumento das notas em testes padronizados, incentivando a competição entre escolas e estudantes).

Os problemas gerados por estas políticas são conhecidos: mais segregação promovida pela corrida a IDEB alto, tornando alunos de baixo rendimento ou com necessidades especiais invisíveis ao sistema educativo para que não façam parte das avaliações e com isso não derrubem a média da escola; massacre de simulados preparatórios para os estudantes se saírem bem nos testes padronizados das avaliações estaduais e nacionais para não perder o acesso a recursos financeiros; redução do tempo dedicado a ensinar e aumento do tempo dedicado a avaliar; focalização no estudo das disciplinas de português e matemática que são objeto de avaliações e abandono das que não são exigidas nos exames; quando não o uso de fraudes para elevar artificialmente os índices, especialmente para ter acesso a complementação salarial por desempenho. Mas além disso está a conformação do espírito da concorrência e da competição desde os primeiros anos da educação básica acostumando os estudantes ao modo de vida neoliberal.

Há indícios de que estes problemas se repetem no Ceará. Uma reportagem da Folha de São Paulo¹³ permite ver como a pressão sobre as escolas é organizada em Sobral, cartão de visita da reforma cearense:

“Os estudantes passam por uma bateria de avaliações. Além das provas aplicadas pelos próprios colégios, que são no mínimo mensais, são feitas semestralmente avaliações do município, com equipes de fora do colégio. Também há os exames dos governos estadual e federal.”

“De outro lado, os resultados norteiam a remuneração extra que professores e diretores podem receber. No caso dos docentes o valor chega a R\$ 500 (...). Também há prêmios pagos uma vez ao ano.” Segundo um diretor de escola, continua a reportagem, “a gratificação por desempenho é o que alimenta a vontade de continuar melhorando”.

Além disso, são os diretores que montam o quadro de professores o que dá ao Diretor um poder de controle sobre o professor. *“Ao fim de cada ano, eles podem retirar os que não estão rendendo. É bom, dá pressão”, diz o diretor.* Esta “overdose” de pressão sobre estudantes e professores inclui a *“determinação do que deve ser ensinado a todos, diariamente”*.

¹² Freitas, L. C. (2022) Efeito Sobral se generaliza. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2022/11/21/efeito-sobral-se-generaliza/>.

¹³ Folha de São Paulo (2015) Semiárido cearense tem escolas públicas com nível de países ricos. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1704915-semiarido-cearense-tem-escolas-publicas-com-nivel-de-paises-ricos.shtml>

Esta pressão sobre a comunidade escolar, típica destas políticas, gera toda sorte de fuga dos resultados ruins nas provas. Um repórter do Jornal GGN esteve no município de Sobral, no Ceará, durante 3 meses e narra o que ouviu¹⁴. Segundo ele:

“(...) diferentes professores contam que alunos bons do mesmo ou de outros anos são postos para fazer provas de alunos ruins ou doentes ou detentos, por orientação de alguns professores, que recebem, como renda variável, em torno de 500 reais a mais no salário quando a nota no Ideb é boa. Casos em que alunos recebem notas maiores do que realmente tiraram, a título de “motivação”, também são corriqueiros, conforme reforçam alguns pais de alunos, que ouviram isso em reunião entre professores, pais e alunos.”

“Diferentes professores garantem que muitos alunos do 6º, 7º e 8º anos não sabem sequer ler bem, e não são alunos especiais. Afirmando que eles são separados no 9º ano, quando é realizada a Prova Brasil, sendo que os alunos com rendimento ruim não chegam a fazer a prova.”

Um estudo feito por Passone e Araújo (2020) mostra que o Estado do Ceará liberou as escolas para que não contabilizem os resultados dos estudantes que, devidamente atestados por médicos, apresentem “deficiência”.

Uma Portaria do governo “estabelece que os estudantes não serão contabilizados no “cálculo da participação e da proficiência”, na medida em que se enquadrem nas seguintes condições: a) alunos com deficiência; b) alunos cumprindo medida privativa de liberdade ou em situação de acolhimento institucional; entre outros casos específicos” – escrevem os autores. Para os autores, esta política induz “exclusão interna”.

Dessa forma, entre outros problemas éticos, abre-se uma grande porta para que as dificuldades pedagógicas apresentadas pelos estudantes sejam medicalizadas. Para os autores: *“tal dispositivo contábil de gestão revela um perigoso mecanismo de desfiliação e degradação simbólica do laço social que se pretende construir a partir de uma cultura inclusiva e uma educação de qualidade para todos.”*¹⁵

Araújo (2020)¹⁶ mostra como no Ceará *“as crianças são monitoradas quanto ao seu desempenho nas proficiências do Spaece-Alfa [a avaliação estadual das escolas] através de formulários e quadros expostos nas paredes das salas de aula. Os quadros dos alunos nota dez [um prêmio por desempenho dado a escola de alto rendimento] servem de vitrine midiática para a comunidade escolar no sentido de apresentar ao público local o tipo de discente que se quer ter, ou seja, o modelo de aluno objetivado no contexto das escolas de alto rendimento”* (p. 254).

É isso que queremos para a educação brasileira? É para este tipo de escola que queremos formar o magistério?

Imaginávamos que repetiríamos o Texas no Brasil, mas não esperávamos que fosse formalmente implementado por um governo progressista no qual nós votamos.

¹⁴ Villas-Boas, M. (2017) A verdade sobre o IDEB e a educação de Sobral. Disponível em <https://jornalgggn.com.br/artigos/a-verdade-sobre-o-ideb-e-a-educacao-de-sobral-por-marcos-de-aguiar-villas-boas/>.

¹⁵ Passone, E. e Araújo, K. H. (2020) Dispositivo de avaliação educacional do Ceará: a (in)visibilidade dos estudantes deficientes. Cadernos de Pesquisa, v. 50, n. 175, p. 136-159.

¹⁶ Araújo, K. H. (2020) O prêmio Escola Nota Dez e suas implicações à subjetividade das crianças do 2º. Ano do ensino fundamental do Estado do Ceará. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

Quais finalidades educativas se escondem nestes procedimentos? Separei alguns conceitos destas políticas articulados em dois núcleos conceituais para exemplificar.

O neotecnicismo digital

O primeiro núcleo desta política educacional refere-se ao avanço do que agora podemos chamar, na esteira do conceito de Saviani¹⁷ sobre a pedagogia tecnicista, de um “*neotecnicismo digital*” que, além da virtualização da ação pedagógica, se conecta com a teoria da responsabilização por metas e com a teoria da escolha pública. Juntas, elas reformulam os espaços e a cultura da escola.

Lembrem-se que estou falando de seu estágio mais desenvolvido, pois ela começa bem mais modestamente. A reforma empresarial tem ciência de que uma defesa plena de sua proposta levantaria muitas bandeiras contrárias.

Pela teoria da responsabilização por metas, sua face mais perceptível, apoiando-se no controle da avaliação e nas novas tecnologias de informação e comunicação, amplia-se o controle sobre os objetivos, conteúdos e processos educativos, incorporando no trabalho pedagógico a virtualização dos processos.

Pela teoria da escolha pública, onde os pais são vistos como clientes com direito a escolher a escola de seus filhos, colocam-se em marcha variados processos de privatização da educação (por dentro ou desde fora).

A proclamação e o marketing dirão que se trata de dar qualidade à educação para todos, especialmente às crianças pobres, mas não devemos nos iludir. Aqui, o objetivo não é “melhorar a escola pública” de responsabilidade estatal, mas paulatinamente extinguir esta escola pública a partir da introdução da lógica empresarial na escola e do deslocamento dos recursos públicos que a financiam para agentes ideologicamente mais confiáveis – empresários e sacerdotes. É a batalha pelo controle da formação da juventude.

Pela mesma razão que impulsiona a privatização das estatais ou a independência do Banco Central nas mãos dos empresários, a título de que seja independente do governo, a tarefa de educar a juventude tenderá a ser separada do Estado, primeiro pela introdução da lógica empresarial nas escolas públicas com o gerencialismo de resultado; depois por programas de concessão de escolas à iniciativa privada (algo que Rui Costa, atual Chefe da Casa Civil de Lula sabe muito bem fazer, pois como governador da Bahia concedeu escolas à iniciativa privada) e finalmente pela introdução de vouchers, ou seja, dinheiro dado diretamente aos pais para que escolham a escola que desejarem para seus filhos. Como não existem dois dinheiros, o dinheiro da escola pública vai sendo transferido para o parque privado, piorando a qualidade da escola pública e criando uma espiral negativa que impele à sua privatização.¹⁸

O neotecnicismo digital visa implementar o controle das finalidades da educação. Seguindo a sua lógica de preparar a juventude para processos de extração de valor por adição de tecnologia, em

¹⁷ Saviani, D. (1983). Escola e democracia. São Paulo: Cortez Ed./Autores Associados. Ver também Freitas, L. C. (1992). Conseguiremos escapar do neotecnicismo? In: M. B. Soares, S. Kramer, & M. Ludke, Escola Básica. Anais da VI Conferência Brasileira de Educação (Vol. I, pp. 147-157). Campinas (SP): Papirus.

¹⁸ Vale alertar que setores do atual governo têm um conceito muito particular do que seja privatizar. Por exemplo: conceder uma escola para ser operada pela iniciativa privada, para estes, não seria privatização. Bresser Pereira também não considerava que conceder fosse privatização na sua proposta de Reforma do Estado, chamando-a de “publicização”.

consonância com os novos processos do mundo do trabalho, o capital precisa fortalecer as teses educacionais neotecnicistas que levam a uma ampliação do controle técnico e político da escola, fazendo uso das tecnologias da informação e da comunicação disponíveis (p. ex. ensino híbrido). Isso conduz à introdução de plataformas de aprendizagem e sistemas informatizados de armazenamento de dados e controle sobre a forma e o conteúdo da escola.

Em uma sociedade baseada no lucro, o potencial da tecnologia fica limitado a ampliar o lucro, perdendo boa parte de seu sentido social. Portanto, não podemos simplesmente saudar a introdução de mais tecnologia nas escolas, ingenuamente, relevando seus objetivos, inebriados com as inovações tecnológicas que teriam “chegado para ficar”.

Como mostra Huws¹⁹, este movimento faz parte da mercantilização da própria “sociabilidade” em geral, agora também ela mesma mediada por tecnologia, sob controle de grandes corporações transnacionais – as big techs. Nas palavras de Huws: “*A colonização da sociabilidade pelo mercado não só gerou uma nova fonte de lucro, mas também penetrou na estrutura da vida social [das pessoas], minando a base da futura solidariedade.*” (p. 11)

As consequências para os trabalhadores culturais, do conhecimento e do serviço público, como salienta Weiner,²⁰ envolvem: *a intensificação ampliada do trabalho; a diminuição da autonomia e da criatividade; a padronização dos processos de trabalho; e pressão para se “desempenhar de acordo com padrões cada vez mais rigorosos estabelecidos de cima para baixo, definidos em termos de protocolos, metas de desempenho e padrões de qualidade”* (p. 40).

O impacto destas concepções que visam o alinhamento das escolas já se faz sentir na educação brasileira com a edição das Bases Nacionais Comuns – seja a Curricular, seja a de Formação de Professores com a finalidade de alinhar as escolas e universidades.

Têm a finalidade de estabelecer padrões de cima para baixo combinados com metas de desempenho e avaliação baseada em testes padronizados que têm a pretensão de indicar nível de aprendizagem das crianças.

Para esta função foi escalado para a presidência do INEP um profissional da área da avaliação, defensor da accountability e que faz consultoria para a maioria dos Estados brasileiros: Manuel Palácios. Foi ele que iniciou, ainda no Governo Dilma, a elaboração da atual BNCC, engavetando uma proposta muito mais avançada que se encontrava em andamento na Secretaria de Educação Básica pela equipe da Profa. Beatriz Luce. Já nos esquecemos disso?

As políticas públicas neoliberais resistem e nada permite que afirmemos que não vão continuar a moldar a educação brasileira – apesar do fracasso econômico do neoliberalismo. O neoliberalismo não é apenas um conjunto de reformas econômicas, mas é um modo de vida que se alastra.

Agrava-se o processo de aprisionamento das escolas por estas políticas que agora dão um grande salto com a introdução do chamado ensino híbrido. Por ele, plataformas on line de aprendizagem expropriam as funções básicas do professor convertendo seu trabalho vivo em trabalho morto dentro de softwares comandados por algoritmos.

¹⁹ Huws, U. (2014). *Labor in the global digital economy*. New York: Monthly Review Press.

²⁰ Weiner, L. (2021) Heads up! Chins down! Resisting the New Bipartisan Neoliberal Project in Education. *New Politics*. Disponível em <https://newpol.org/heads-up-chins-down-resisting-the-new-bipartisan-neoliberal-project-in-education/>

Esta desqualificação do trabalho pedagógico do magistério, abre as portas também para sua desprofissionalização o que enfraquece a profissão e, por este caminho, destrói suas entidades associativas, especialmente os sindicatos, deixando cada professor à sua própria sorte. Este processo, forma a base da uberização do magistério, já avançado no setor privado.

Isso torna crítico que se lute contra uma concepção tecnicista da educação voltada para a supremacia do controle de processos e técnicas sobre o magistério e que necessita para ser operacionalizada, simplificar e estreitar a atividade educativa, convertendo-a em uma coleção de competências e habilidades reduzidas a serem aprendidas.

A meritocracia

O segundo *núcleo conceitual* diz respeito à meritocracia que incorpora as finalidades educativas oriundas do modo de vida neoliberal, onde o indivíduo é colocado como o gestor da sua própria acumulação de competências e habilidades, com as quais deve se apresentar ao mercado concorrencial²¹. Com esse objetivo, enfatiza-se o empreendedorismo junto à juventude, como se eles pudessem, sendo empreendedores, fazer parte do seleto grupo de ganhadores do sistema e não fossem, de fato, candidatos a trabalhadores precarizados - um sofisticado processo de cooptação do trabalhador, o qual é iludido com a possibilidade de ser patrão de si mesmo, como forma de aplacar seu desejo de mudança social.

O que está em jogo é introduzir na formação da juventude, a lógica da concorrência e da meritocracia como justificativa de seu sucesso ou fracasso, estabelecendo que, de agora em diante, cada um é responsável por si mesmo. Visa hegemonizar uma justificativa social que naturaliza as históricas injustiças promovidas pelo capital substituindo-as por uma justificativa “meritocrática”, entendida como a naturalização de uma hierarquia social opressora a qual deve passar a ser vista como justa porque estaria baseada no que é atribuído ao indivíduo pela imparcialidade do mercado, um justo merecimento a que tem direito pelo empenho que mostrou. Tenta neutralizar a ideia de que haja uma “justiça social” a ser exigida do mercado por instâncias sociais mais coletivas que impõe limites à exploração do capital. A histórica queda tendencial das taxas de lucro do capital registrada²², exige exploração máxima e irrestrita dos trabalhadores.

Como consequência, o neoliberalismo ataca as políticas que procuram induzir a justiça social. Gamble resume corretamente o entendimento dos neoliberais sobre o conceito de justiça social:

*“Hayek – um articulador do neoliberalismo - acredita que em uma ordem de mercado não pode haver algo como justiça social, porque justiça social implica em que exista algum critério superior que pode ser aplicado aos resultados do mercado, uma noção de merecimento justo ou de justiça, que justifica a redistribuição do que o mercado alocou.” (p. 47).*²³

²¹ Ver Chaui, M. (14 de setembro de 2018). Seminário Internacional Ameaças à Democracia e à Ordem Multipolar. Fonte: Fundação Perseu Abramo: <https://youtu.be/QDDVzsU2AvU>.

²² Roberts, M. (2016). *The long depression: how it happened, why it happened and what happens next*. Chicago: Haymarket Books; Carchedi, G. and Roberts, M. (2018) *World in Crisis: a global analysis of Marx's law of profitability*. Chicago: Haymarket Books.

²³ Gamble, A. (1988). *The free economy and the strong state: the politics of Thatcherism*. Durham: Duke University Press.

Hayek constrói uma visão social que incentiva a arrogância dos “espontaneamente” bem-sucedidos e o ressentimento entre os que estão “espontaneamente” em desvantagem,²⁴ criando inevitavelmente uma hierarquia meritocrática que depende da genética, da sorte e do preparo de cada um para a competição. Com isso, acirra-se a quebra da solidariedade e promove-se o individualismo.

Assim, na luta pela vida, o outro é convertido em concorrente e, pela lógica do capital, concorrentes devem ser vencidos e não apoiados. Não há solidariedade com concorrentes. Eis aí uma das razões que vão naturalizando a violência e aumentando o ataque aos direitos humanos que estamos observando nas escolas e na sociedade em geral.

Os que são deixados para trás na escala social são, cada vez mais, injustiçados e humilhados como vagabundos ou sem sorte. Essa dupla dimensão – injustiça e humilhação - tem implicações sociais para além da própria noção de injustiça social, como afirma Sandel²⁵:

"A política da humilhação (...) difere da política da injustiça. O protesto contra a injustiça olha para fora; ele reclama que o sistema é fraudado, que os vencedores trapacearam ou manipularam o caminho até o topo. O protesto contra a humilhação é psicologicamente mais carregado. Combina este ressentimento dos vencedores com a recorrente falta de autoconfiança: talvez os ricos sejam ricos porque eles merecem mais do que os pobres; afinal, talvez os perdedores sejam cúmplices de sua má-sorte" (posição 509).

Como resume Wallerstein²⁶: *"A meritocracia é um falso universalismo. Proclama uma oportunidade universal que só tem sentido, por definição, se não for universal"* (p. 114).

Implicações da falácia meritocrática

Apostar em um apelo apenas à igualdade de oportunidades em uma sociedade de desiguais e meritocrática como forma de ascensão social é uma aposta de risco, pois cria expectativas que dificilmente serão atendidas na escala necessária, produzindo desencanto e como consequência, mais adesão às políticas populistas autoritárias, fato que já pode ser observado em países centrais onde, segundo Sandel, a crença *"de que com trabalho árduo e talento qualquer pessoa pode ascender não mais se encaixa com os fatos reais."*²⁷

Joseph Stiglitz, em seu livro “O Preço da Desigualdade” assinala que 90% dos que nascem pobres morrem pobres por mais esforço ou mérito que tenham, enquanto que 90% dos que nascem ricos morrem ricos, independentemente de que tenham ou não mérito.²⁸

E nestas circunstâncias, a consequência apontada por Christopher Hayes, citado por Sandel, não será outra senão uma grande pressão sobre o sistema educacional. Diz ele:

"Dentro de um modelo de sistema que busca oportunidades iguais em vez de qualquer imagem de igualdade nos resultados, é inevitável que seja exigido do sistema de educação fazer o

²⁴ Ver Sandel, M. J. (2020) A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum? Rio: Civilização Brasileira. (Posição 3548.)

²⁵ Idem Sandel, M. J. (2020).

²⁶ Wallerstein, I. (2001) Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio: Contraponto.

²⁷ Idem Sandel, M. J. (2020) posição 477.

²⁸ Stiglitz, J. (2022) Entrevista. Disponível em [Premio Nobel de Economía: “El 90% de los que nacen pobres mueren pobres por más esfuerzo que hagan” - Resumen Latinoamericano](#).

serviço pesado [...] E à medida que a desigualdade aumenta de forma constante, exigimos mais e mais do sistema educacional, buscando-o como expiação dos outros pecados da sociedade" (posição 2259).²⁹

As reformas educacionais neoliberais têm a finalidade de garantir a pressão constante sobre as escolas (a partir da avaliação de cada uma delas) e promover, na sociedade, a ideia de que elas não fazem seu trabalho adequadamente, transferindo para elas os limites do sistema social.

Esta visão focada na meritocracia faz com que a juventude coloque sua atenção no exercício da sua liberdade individual e não no exercício da democracia de normas consensuadas. Este novo contrato neoliberal, que restringe a própria democracia liberal, contrapondo-se a uma visão social da liberdade, privatiza a liberdade como um fenômeno pessoal e individual, não sendo relevante se as demais pessoas são ou não igualmente livres. Nega-se a liberdade como um fenômeno social e coletivo exercitado em ambiência democrática. Como consequência, nesta visão, não há sociedade, mas sim indivíduos jogando o jogo espontâneo e incontrolável da vida – empreendedores e jogadores. Uma sociedade na qual todos “participam” segundo seu próprio mérito e sorte.

Ao construir na juventude a ideia de que cada um é responsável por si mesmo, mina a própria ideia de um Estado inclusivo e, pelo oposto, fortalece a ideia de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, criando-se a crescente ambiência social de violência e de vale tudo concorrencial que estamos vivendo.

Um possível cenário de luta

As consequências de um governo de frente ampla como o que temos ainda são difíceis de se antever neste momento, mas avalio que, no geral, a educação está presa nas proposições da reforma empresarial calcada em seus dois núcleos básicos: neotecnicismo digital e meritocracia, a última provavelmente embutida na defesa da igualdade de oportunidades, como se a educação pudesse expiar todos os pecados do capital.

Como primeiro ponto de uma luta contra estas políticas temos que manter as escolas públicas como responsabilidade do Estado. A legislação brasileira permite a educação em mãos privadas, mas que isso seja feito com os recursos dos empresários e com suas próprias redes. Lugar de empresas, organizações sociais, fundações empresariais e filantrópicas é fora da escola pública e fora da elaboração das políticas públicas.

Neste aspecto, nossa referência de luta mais avançada consiste na Carta da CONAPE – Conferência Nacional Popular de Educação - realizada em Natal em 2022 que reúne as principais lutas a serem travadas no âmbito da educação e da qual destacamos para os nossos propósitos a afirmação da:

“destinação de recursos públicos exclusivamente para as instituições públicas de educação, com acompanhamento dos Conselhos de Controle Social e Popular”; e a sua manifestação “contra todas as formas de desqualificação da educação e de financeirização, privatização, terceirização e transferência de responsabilidades do Estado na educação à iniciativa privada (em todos os níveis, etapas e modalidades)” e “contra as iniciativas de privatização da

²⁹ Ver Sandel, M. J. (2020).

educação pública (via organizações sociais na educação, parcerias público-privadas, entre outras) (...).”

A Carta de Natal é uma “linha vermelha” que não deveria ser cruzada pelo governo Lula se quer manter uma base de apoio na área da educação. O dilema atual é que ao assumir a lógica da reforma empresarial da educação na versão do Ceará, esta linha já foi cruzada, abrindo caminho para que se introduzam proposições que viabilizarão sua evolução para formas mais avançadas da reforma empresarial da educação que descrevi antes. As racionais já estão postas: metas, meritocracia e dinheiro. E isso é dito pelo Ministro.

É verdade que o atual governo é produto de negociação entre forças políticas divergentes. Mas qualquer negociação política é feita evidenciando-se os limites onde cada uma das forças políticas pode chegar. E na composição do governo o MEC foi colocado sob controle do principal partido no governo, o qual, pelo menos no espaço do MEC, deveria ser uma oposição às políticas neoliberais na educação.

Note-se: implementar a reforma empresarial do Ceará no MEC foi uma opção de governo e não uma imposição derivada de uma negociação com uma frente de partidos, nas quais se teve que ceder. Foi pura miopia política e educacional do principal partido do governo.

Não se teve consciência do papel que Fundações e ONGs privadas jogam nos processos de controle e privatização da educação que começam por incentivar a lógica gerencialista nas escolas, e abrem caminho para sua transferência para empresários e para entidades confessionais, *com ou sem fins lucrativos*, incluindo as concessões de escolas.

Como segundo ponto de um programa de enfrentamento deste cenário, é preciso que avancemos em nossa conceituação do que deva ser o papel da educação. E esta é uma tarefa inadiável que podemos resumir da seguinte forma:

- a educação deve ser voltada para a construção e exercício de um novo padrão sociopolítico que prepare a juventude para superar os padrões autoritários e meritocráticos e que mobilize, na medida do possível, em direção a uma sociedade pós-capitalista, vale dizer, para além do capital e sua democracia liberal representativa, a qual já não serve nem mesmo para o capital neste século XXI.

O neoliberalismo não é apenas um conjunto de reformas econômicas. É um modo de vida³⁰. E em seu campo específico de luta, a educação pode e deve atuar contrapondo-se a este modo de vida baseado na competição e no individualismo, turbinado por metas inatingíveis e avaliações permanentes que estão adoecendo a juventude. Não será estimulando metas, avaliação e meritocracia nas escolas que combateremos o modo de vida neoliberal.

Esta tarefa exige não apenas educação de tempo integral, como quer o MEC, mas exige educação de tempo integral com uma proposta de formação integral, que implemente um conceito de formação humana integral³¹ que vai muito além das competências e habilidades listadas nas atuais BNCs do MEC. Sem isso, o tempo adicional será usado para fazer simulados e turbinar os estudantes para que saiam bem nos testes padronizados para garantir verbas do FUNDEB para as redes, gerando mais exclusão.

³⁰ Biebricher, T. (2018) The political theory of neoliberalism. Stanford: Stanford University Press.

³¹ Caldart, R. S. (no prelo) Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade. São Paulo: Expressão Popular.

Esta formação ampla exige que o espaço da escola e seu trabalho sejam voltados para desenvolver a auto-organização da juventude, seja em termos pessoais, seja em termos coletivos. Isso é muito diferente de formar empreendedores competitivos, pois exige que reconceituemos o que estamos frequentemente denominando de “qualidade social da educação” e “humanização”.

Assim, a qualidade social da educação deve ganhar sentido como compreensão e superação das relações sociais vigentes, como compreensão das implicações éticas e filosóficas destas relações sociais portadoras de desigualdades objetivas e de desumanidade. Isto porque são as relações sociais entre as pessoas as portadoras de sentidos de humanização ou desumanização, são portadoras de reconhecimento ou de exclusão, pois tais relações expressam o próprio processo de produção da vida na sociedade atual.

Humanizar a educação significa, então, fazer uma crítica das atuais relações sociais e, dada a impossibilidade das atuais relações sociais irem além da exploração dos seres humanos e da natureza, isso também significa, por oposição, lutar e construir novas relações que radicalizem a igualdade e a democracia para além da democracia liberal vigente, incapaz de produzir humanização suficiente para todos.

Como afirma Shulgin³², essa luta não é uma escolha nossa e nem é algo para ser comemorado. Na verdade, estamos interessados em construir o novo e, como não se pode obter tudo só pela luta, “é preciso também saber construir.” A luta sem projeto algum é na verdade um diletantismo militante.

A democracia liberal que somos obrigados a defender hoje dos ataques neoliberais e de conservadores, é bom lembrar, é apenas um patamar mínimo de democracia e sua defesa só faz sentido se for para superarmos esta democracia por uma democracia de tipo superior que radicalize a igualdade e a democracia participativa. As políticas conservadoras e neoliberais não se prestam a isso.

Humanização, portanto, não é uma categoria abstrata, mas é o exercício concreto de humanidade que se dá na organização da vida material para além do reconhecimento do outro e da diversidade (ou seja, para além da “diferença” pós-moderna) e que conforma as relações entre as pessoas. A fonte de desumanização contemporânea está nas relações sociais que expressam e sustentam a geração de valor sob o capital, sempre relações de exploração e dominação.

É preciso assumir que as lutas atuais são, então, lutas anticapitalistas, lutas pelo esgotamento e superação das relações sociais desumanizadoras criadas pela vida sob o capital – incluídas aí as desigualdades de gênero, de classe, de raça entre outras. É neste campo que a definição das finalidades da educação que nos interessam têm que ser colocadas. Aqui será necessário ir além do viés pós-moderno que separa a questão da desigualdade de gênero e raça examinando-as fora dos limites estruturais impostos pelo capital. Isso porque o próprio neoliberalismo em sua versão “light” e da “terceira via” já incorporou o debate específico da diversidade e da inclusão, como analisa muito bem Fraser ao propor o aparecimento recente de um “neoliberalismo progressista”.³³

As consequências disso para a educação são claras. Ou seja, uma educação com qualidade social e mais humana é aquela que – guiando-se por uma matriz formativa mais ampla que inclui, mas não se limita ao acesso do conhecimento acumulado e, guiando-se igualmente pela crítica da

³² Shulgin, V. N. (2022). Fundamentos da Educação Social. São Paulo: Expressão Popular.

³³ Fraser, N. (2019) *The Old Is Dying and the New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond*. New York: Verso; Oliveira, S. B. (2022) Contribuições de Sharon Gewirtz para uma análise das políticas educacionais baseada na justiça social. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/oliveira.pdf>

organização interna das escolas (que na escola atual reproduz os princípios da organização social verticalizada) – é uma qualidade social que prepara as lutas por uma sociedade de outro tipo, onde a igualdade e uma democracia de tipo superior, portanto baseada na participação e construção coletivas, apontam para um tipo de vida para além da geração e acumulação de valor ilimitado e desigual, e ensaiam novas relações sociais superadoras da era do capital, desde já.

Educar com qualidade social e com mais humanização, então, para além do necessário domínio do conhecimento, é ter uma escola que inclua o desenvolvimento artístico e criativo; que fortaleça o desenvolvimento corporal das crianças; que desenvolva uma dinâmica interna pela qual os estudantes se envolvam, já durante sua formação, na gestão de relações democráticas participativas, para além da mera representação, com ênfase no trabalho coletivo e com participação na construção da própria vida escolar e social e que não se separe da vida e da análise crítica da atualidade.³⁴

Isso é mais do que defender uma gestão democrática nas escolas. Implica em defender uma escola onde a participação dos estudantes é um dos componentes centrais no processo de construção da vida escolar, preparando a juventude desde cedo para uma experiência democrática, igualitária e participativa que supere os limites da democracia liberal representativa e enfrente as teses conservadoras e o modo de vida neoliberal.

Em terceiro lugar é preciso que esta crítica ao MEC e ao governo Lula, de forma alguma apague seu mérito de ter, na última eleição, conseguido dar ao país um fôlego que nos permite pensar e implementar um caminho alternativo ao que tivemos nos últimos anos. Devemos, de fato, comemorar este novo momento. Não devemos diminuir a importância da eleição de Lula na contenção de danos do populismo autoritário.³⁵

Registro ainda que não há nisso nenhuma negação da importância da posição dos colegas que estão mais focados na tarefa imediata de recuperar a democracia liberal e o país.

A visão deste colegas, do ponto de vista mais geral, supõe a possibilidade de se “consertar” o capitalismo e reduzir o impacto de suas crises sobre os seres humanos e o meio ambiente, e por esta linha de análise, enfatiza a possibilidade de se construir um modelo social no qual “mais pessoas se beneficiem” dele, ampliando a justiça social; e, especificamente no campo educacional, desenvolve um renovado interesse no respeito à diversidade, no combate às desigualdades sociais e em uma ênfase nos processos que maximizem a diversidade e diminuam as desigualdades culturais e educacionais por meio de ações no âmbito da escola.

São todas ações de alcance imediato necessárias e que devem ter lugar na esfera do governo que se inicia, inclusive porque se referem à diminuição do sofrimento dos que mais foram atingidos pelas políticas nefastas destes últimos anos.

No entanto, tenho ressalvas a fazer a estas políticas quando elas, focando predominantemente o presente, produzem a crença de que é possível consertar o capitalismo e deixam de ser vistas como uma tática necessária para atacar problemas urgentes do presente. Elas não podem ser consideradas como uma estratégia de futuro em si mesmas dado a aceleração da crise estrutural do capital pós 2008.

³⁴ Caldart, R. S. (no prelo). Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade. São Paulo: Expressão Popular.

³⁵ Norris, P. and Inglehart, R. (2019). Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism. New York: Cambridge University Press.

Limitando-nos a ela, focamos na luta por dentro das instituições e diminuimos os esforços por uma mobilização mais ampla, guiada por objetivos de maior alcance e que estão além dos desafios institucionais.

Em quarto lugar, é fundamental que tenhamos consciência de que nosso tempo para reagir à crise atual do capital está ficando cada vez menor.

É compreensível que defender a educação e a democracia nestes tempos de crises que estamos vivendo nos obrigue, na prática, a fazer uma defesa da democracia liberal atacada. No entanto, devemos ter ciência de que a democracia liberal representativa possui limites que nos obrigam a pensar também na sua própria superação, em direção a uma forma superior e mais desenvolvida de democracia com ampla base participativa, cujas primeiras experiências podem ser encontradas nos movimentos e lutas sociais que conseguiram moldar ensaios de superação da ordem capitalista.

Essa diferenciação é importante porque nos remete à construção de finalidades educativas distintas para a educação dos jovens nas escolas, já que apontam para sociedades diferenciadas a serem construídas.

De fato, se considerarmos que o populismo autoritário se constrói por dentro da democracia liberal, na forma de uma democracia mais restrita, como uma reação defensiva da própria lógica do capital ante seu esgotamento paulatino³⁶, nossas alternativas, então, reduzem-se na verdade a duas: caminhar para o populismo autoritário, pela restrição da já insuficiente democracia liberal, ou avançar para uma democracia participativa, pela radicalização da participação social para além das possibilidades da democracia liberal.

O erro que não podemos cometer é o de acreditar que a defesa de uma democracia em abstrato, com seu estado de direito, nos conduzirá, por si só, a um lugar seguro, por mais que, neste momento, se imponha a defesa da democracia existente, a liberal, entendida esta como um patamar mínimo de democracia que permita sua superação por uma democracia de tipo superior, ou seja, de ampla base participativa, construída na esteira de uma reflexão positiva sobre os erros, mas também sobre os acertos, das experiências socialistas.

A alternativa que está em curso neste momento com o novo governo Lula é o necessário restabelecimento das promessas da democracia liberal e seu estado de direito, de forma a evitar no curto prazo o contínuo sofrimento imposto a milhões de pessoas e criar espaço para a luta.

Mas não devemos esquecer que este caminho tem limites consideráveis e já foi testado nos últimos 200 anos. Foram tais limites que produziram, por sua fragilidade, um exército de insatisfeitos que acabaram por aderir ao populismo autoritário de hoje, reeditando formas políticas semelhantes às do nazifascismo do início do século passado, turbinado por uma classe média que achou que podia subir para o andar de cima e viu suas pretensões esvaziarem-se crise após crise.

E o neoliberalismo não tem limites e, acuado, se unirá com forças reacionárias e fascistas – como vimos no governo Bolsonaro. E isso não é um fenômeno somente do presente. No início do

³⁶ Sobre esta temática ver: Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo; Streeck, W. (2016). *How will capitalism end? Essays on a failing system*. London: Verso; Wallerstein, I.; Collins, R.; Mann, M.; Derluigan, G. and Calhoun, C. (2013) *Does Capitalism have a future?* New York: Oxford University Press; Roberts, M. (2018). *Marx 200: a review of Marx's economics 200 years after his birth*. London: Lulu.com Ed.; Roberts, M. (2016). *The long depression: how it happened, why it happened and what happens next*. Chicago: Haymarket Books; Carchedi, G. and Roberts, M. (2018) *World in Crisis: a global analysis of Marx's law of profitability*. Chicago: Haymarket Books.

século passado, Mises, um dos pais do neoliberalismo, assim se expressava em sua obra chamada “Liberalismo”³⁷:

“Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história. Porém, embora sua política tenha propiciado salvação momentânea, não é do tipo que possa prometer sucesso continuado. O fascismo constitui um expediente de emergência.” (posição 1107).

Este é um fato histórico que deixa claro que o fascismo e a ditadura serão tolerados como “salvação momentânea”, a critério dos neoliberais e seus aliados. Este é o nível de enfrentamento que teremos.

Portanto, não podemos acreditar que o populismo autoritário, que foi retirado do poder nestas eleições, esteja fora de combate. Ele é produto da própria crise estrutural do capital que nos acompanhará por tempo indeterminado e é isso que justifica retomarmos o debate sobre esta crise, não como um fenômeno conjuntural, na visão dos economistas liberais, mas como um fenômeno estrutural.

Finalizando

É certo que não é hora para utopias. Mas, com certeza, é hora de “utopística”, que na definição de Wallerstein, significa examinarmos as opções concretas que dispomos para o século XXI.

Gostaria de trazer aqui, a visão de Wallerstein para organizar o enfrentamento deste cenário. Ele sugere:

“(...) organizar-se em toda parte, na base da sociedade, e construir alianças a partir de lá – mais do que a partir do poder de Estado. Este foi o segredo do fortalecimento recente dos movimentos anti-establishment de direita.”

“Para que prevaleça, (...) a esquerda precisará combinar uma série de políticas. Alianças de curto prazo, para minimizar o mal que os orçamentos restritos fazem aos mais pobres. Oposição duríssima ao controle do poder do Estado pelos movimentos anti-establishment de direita. Constante organização política pela base.”

É dentro deste cenário que devemos pensar o que a educação pode fazer desde já com a juventude que acode à escola.

³⁷ Mises, L. v. (2010). Liberalismo. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises do Brasil.